

# Jornal do **Sinditest** PR

WWW.SINDITEST.ORG.BR | AGOSTO DE 2023

## Categoria cobra recomposição salarial justa, mas governo hesita



▶▶ TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO REIVINDICAM REAJUSTE DE 53,05%

▶▶ EQUIPARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO EXECUTIVO AOS DE OUTROS PODERES

▶▶ REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS, DECRETOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS QUE ATACAM OS TAEs E TODO O SERVIÇO PÚBLICO

▶▶ REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA PARA VALORIZAR OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

▶▶  
unidade  
para  
avançar

▶▶ **NOVIDADES SOBRE CONVÊNIO** PÁG. 4

### EXPEDIENTE

O Jornal do Sinditest-PR é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná. Avenida Agostinho Leão Júnior, 177 - Alto da Glória - Curitiba/Paraná | Telefone: (41) 3362-7373. www.sinditest.org.br | imprensa@sinditest.org.br | Fotos: Sinditest-PR | Jornalista Responsável: Sílvia Cunha - MTB: 0009599/PR. | Redação: Sílvia Cunha e Sabrina Ramos | Diagramação: Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br) | Tiragem: 3 mil exemplares | Gráfica: Mult Company. É permitida a reprodução com a citação da fonte.

## EDITORIAL

# HORA DE MOBILIZAR E COBRAR AÇÕES CONCRETAS

É inegável a importância da derrota do fascismo, representado pela candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Como categoria, conquistamos uma vitória parcial nos primeiros meses do governo Lula, com aumento de 43,6% no Auxílio Alimentação e reajuste salarial de 9%. Ainda assim compreendemos que é insuficiente para resolver nossas perdas históricas, que ultrapassam 53%.

Sabemos que o orçamento da União estará em disputa com setores da grande burguesia nacional. O Congresso também é péssimo, formado por parlamentares de direita e extrema-direita, inimigos dos servidores e dos serviços públicos.

Nesse sentido, entendemos que os sindicatos, federações e confederações precisam intensificar as mobilizações para que nossa reposição esteja prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem. Na última reunião com entidades nacionais o governo não apresentou índice algum, justificando a necessidade de aprovação do Arcabouço Fiscal. Não podemos aceitar isso! Precisamos ir à luta.

Outras formas de dirimir nossas perdas passam pela readequação da carreira e equiparação dos benefícios, como a nivelção do Vale Alimentação dos servidores do Executivo com o valor pago pelo Judiciário.

Além disso, seguiremos atuando nas Comissões de Elaboração do PGD e na luta pela ampliação da jornada flexibilizada. Exigimos do governo e das reitorias, a abertura de concursos públicos e o atendimento às pautas específicas das técnicas e dos técnicos administrativos em educação (TAEs).

No CHC nossa luta será dura contra os ataques do último período. Queremos de volta a creche, o refeitório, o ambulatório dos funcionários; lutaremos por respeito às 30 horas para trabalhadores semanais e plantonistas, contra o assédio moral. Reivindicamos também um processo de escolha democrático para a Superintendência, por isso defendemos o Fora Claudete!

A hora é agora para mobilizar nossos esforços e cobrar ações concretas que beneficiem os técnicos administrativos em educação. A força da coletividade é o motor da mudança. Nossa união, aliada à reflexão sobre as transformações do mundo do trabalho, é o que nos permitirá construir uma carreira sólida, valorizada e adaptada às demandas do século XXI.

## PAUTAS LOCAIS

# Reuniões abordam demandas dos TAEs

NOVA GESTÃO PROMOVE DIÁLOGO COM REITORES



Divulgação Sinditest-PR

A nova direção eleita do Sinditest-PR para o triênio de 2023 – 2026, Unidade para Avançar, tomou posse no dia 3 de julho. Com uma vitória expressiva, com 59,2% dos votos válidos, enfrenta o desafio de impulsionar tanto as pautas locais na UFPR, CHC, UTFPR, Unila e Ebserh, quanto as demandas coletivas da categoria.

“Nas últimas semanas, tivemos reuniões com os responsáveis das Universidades. Além de apresentar o novo grupo, entregamos às Reitorias uma lista com as principais reivindicações dos técnicos administrativos em educação (TAEs). Esperamos que essas conversas resultem em soluções reais para os problemas que estamos enfrentando”, explicou o coordenador Antonio Neris.

Confira abaixo a síntese das primeiras discussões.

**UTFPR >>>** No encontro com o Reitor Marcos Schiefler, lideranças do Sindicato discutiram a suspensão do Adicional de Insalubridade para técnicos de laboratório, considerada uma pendência prioritária para o dirigente.

A falta de concursos públicos e a implementação definitiva do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) também foram abordados na ocasião. “Uma das nossas bandeiras é o pertencimento à instituição, por isso defendemos a presencialidade semanal. Isso é fundamental”, afirmou o gestor.

**UNILA >>>** Durante o primeiro encontro com a Reitora Diana Araújo, a coordenadora Fernanda Pereira expressou preocupações em relação ao PGD. Foram solicitadas a revo-

gação da controversa Portaria 329/2023 GR, a recomposição do Comitê de Avaliação e a inclusão da categoria nas decisões relacionadas ao programa. A importância de mantê-lo integralmente na instituição também foi ressaltada.

O assédio moral na Universidade foi abordado, com o Sinditest-PR propondo a criação de políticas de combate, acolhimento e encaminhamento de casos, e a formação de um GT para enfrentamento.

**UFPR >>>** A reunião com o Reitor Ricardo Marcelo da Fonseca marcou o início de um diálogo sobre pautas específicas dos técnicos da Universidade, incluindo as trabalhadoras e trabalhadores lotados no Complexo Hospital de Clínicas.

A necessidade de um plano de saúde institucional, o teletrabalho, a reativação da Creche através de parceria com o curso de Pedagogia e melhorias nos serviços da Casa 1 (Ambulatório dos Funcionários) foram alguns dos tópicos discutidos.

Confira os detalhes de cada reunião no site!



## IMPORTANTE

**ASSUNTOS DA PAUTA LOCAL QUE NÃO FORAM DISCUTIDOS SERÃO TRATADOS NOS PRÓXIMOS ENCONTROS.**

## DIRETORIA COLEGIADA E CONSELHO FISCAL DO SINDITEST-PR

**Coord. Geral:** Antônio Neris de Souza, Evandro José Castagna, Wilson Venzel Messias | **Coord. Administração e Finanças:** Máximo José Dias Colares, Elizeu Horta dos Santos | **Coord. Formação e Política Sindical:** Mariane de Siqueira, Avelino Domingos | **Coord. Comunicação e Imprensa:** Elis Regina Ribas, Daniel Metinoski | **Coord. Organização por Local de Trabalho:** Débora Cristina Rodrigues, Marcelo Smaniotto, Aguinaldo Gonçalves da Cruz, Jaqueline Balthazar Silva | **Coord. Educação:** Guilherme Lopes Latini, Joel Rodrigues dos Santos | **Coord. Políticas Sociais e Culturais:** João Ary Cirino Linhares dos Santos, Rosana Regina Nunes da Silva | **Coord. Assuntos Jurídicos e Relações de Trabalho:** Marcello Locatelli Barbato, Ivandenir Pereira | **Coord. Saúde do Trabalhador:** Fernanda Pereira, Márcia Venzel Messias | **Coord. Combate às Opressões:** Diego Daniel Medeiros da Silva, Melissa Vicentini | **Coord. Aposentados e Pensionistas:** Maria Aparecida Oliveira, Luísa Fanes | **Suplentes:** Romulo Bassi Piconi, Antônio Carlos Carneiro, Arianne Carvalho, Rosania Aparecida Maltauro, Ana Carolina Portugal Portella Kuczkowski, Neoli Cristina Semchechem Gruczka, Paulo Eduardo Gonçalves, Silas da Silva Moreira, Nilmara de Freitas Pontes, Andréia Castilho da Silva | **Conselho Fiscal:** Soraia Reda Gilber, Jerusa Vieira de Albuquerque Santos, Ery Pedro Tavares | **Suplentes:** Maria Aparecida de Silva de Lima, Maria de Lima Bueno Lelli, Tânia Regina Tavares, Leria Aparecida Oto Bordignon

**CAMPANHA SALARIAL**

# Governo não apresenta índice de reajuste

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO EXIGEM RECOMPOSIÇÃO DE 53,05%

A busca por melhores condições salariais e igualdade de benefícios para os servidores públicos federais (SPFs) ganha destaque à medida que a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) enfrenta dificuldades nas negociações.

“O governo federal hesita em revogar certas normativas, gerando um impasse em relação às medidas que afetam a carreira dos técnicos e o funcionamento do serviço público. Buscamos mudanças legislativas contra práticas antissindicais”, explicou o coordenador Wilson Messias.

Na terceira rodada da MNNP, realizada em 10 de agosto, não houve apresentação de contraproposta para o reajuste salarial. A justificativa dada foi a dependência da aprovação do Novo Arcabouço Fiscal. Essa situação gerou descontentamento entre as entidades envolvidas na negociação, como o Fonacate e o Fonasefe, especialmente devido aos prazos limitados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que encerram em 31 de agosto.

A falta de consenso também frustrou a categoria, que esperava uma abertura maior da gestão. “Entendemos a indignação. Sabemos a situação que estamos vivendo em relação ao Arcabouço Fiscal, mas mesmo diante da conjuntura, esperávamos uma proposta. Precisamos transformar esse sentimento em mobilização e fortalecimento da nossa luta”, afirmou Ivanilda Reis, Coordenadora Geral da Fasubra.

**FOCO NA CARREIRA >>>** Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação, em entrevista ao Portal Jota, ressaltou que a recomposição da inflação acumulada não será resolvida neste mandato. O enfoque da administração está na otimização das carreiras dos servidores públicos em geral.

“São problemas que foram criados em um governo anterior. O que a gente está tentando fazer é melhorar as carreiras para que isso também seja uma compensação por não conseguir fazer um reajuste linear grande. Um reajuste linear grande faria saltar para mais de 5% do PIB a despesa com pessoal. Isso não é trivial”, afirmou.

Para a coordenadora Elis Regina Ribas, a mobilização da categoria em relação à campanha Brasil Participativo contribuiu para que a reestruturação do PPCTAE seja priorizada, agora, pelo governo federal.

“Esta é uma conquista, o momento para avançarmos neste tema. No entanto, somos contra a nossa penalização. Enquanto coletivo no Confasubra defendemos a carreira e não o ‘calabouço fiscal’, finalizou a dirigente sindical.



Terceira rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente termina sem consenso

SINASEFE

## DEMANDAS DOS TAEs NA MNNP:

→ **Recomposição salarial justa de**

53,05%

**para toda a categoria**

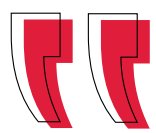
Reajuste em 2024 de 15,24%  
Reajuste em 2025 de 19,85%  
Reajuste em 2026 de 19,85%

→ **Revogação das portarias, decretos e medidas provisórias que atacam os técnicos e todo o serviço público.**

**Revogação prioritária:**

1. Instrução Normativa 02/2018;
2. Instrução Normativa 54/2021;
3. Licença para Exercício Classista;
4. Consignação Sindical;
5. Decretos 9262/2018 e 10.185/2019;
6. Decreto nº 9991/2019;
7. Decreto nº 10.620/2021;
8. PEC 32.

→ **Equiparação dos benefícios das servidoras e dos servidores do Executivo aos de outros poderes.**



**ENQUANTO COLETIVO NO CONFASUBRA DEFENDEMOS A CARREIRA E NÃO O ‘CALABOUÇO FISCAL’, UMA VERSÃO LIGHT DO TETO DOS GASTOS, QUE TANTO NOS PREJUDICOU**

— Elis Regina Ribas, COORDENADORA DO SINDITEST-PR

### TESES CONFASUBRA

Para fomentar o debate sobre carreira, o Sinditest-PR apresentará à base as principais sugestões que integram o corpo de teses do Confasubra.

**Saiba mais aqui!**



### PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

O coletivo jurídico da Fasubra analisou as implicações da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para aqueles que se encontram no PCCTAE e concluiu que o cálculo do piso deve ser ajustado para a jornada de 40 horas semanais, sem acréscimos remuneratórios de qualquer natureza. A Federação também apoia a implementação imediata conforme a Lei nº 14.434/2022, com pagamento retroativo a agosto de 2022.

“Do modo proposto, o reajuste sairá para os profissionais que recebem abaixo do piso. Na nossa base são apenas nove TAEs. Agora, precisamos pressionar para que o piso seja incorporado ao Plano de Carreira”, declarou o coordenador Máximo Colares.



## PGD

## CNSC/Fasubra cria diretrizes para regulamentação do teletrabalho



Com o objetivo de organizar aspirações e responsabilidades dos TAEs com a adesão ao teletrabalho, a Comissão Nacional de Supervisão de Carreira (CNSC/Fasubra) elaborou uma série de pressupostos para a implantação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) nas instituições.

“As dinâmicas de trabalho estão sempre mudando. As diretivas da CNSC inauguram as discussões da implantação de um PGD mais favorável para a categoria”, afirmou a coordenadora Elis Regina Ribas.

Primeiro ponto defendido, o respeito à autonomia universitária, ao PCCTAE e ao Decreto 5825/2006, versa sobre a **valorização das equipes** no planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho. Também preza o estabelecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para articular ações e referenciar questões relativas ao Programa. Outra recomendação da CNSC, a adoção do teletrabalho no regime parcial, busca fomentar o planejamento e a avaliação como processos coletivos.

Para a Comissão, os servidores não devem assumir responsabilidades da instituição, como o custeio dos meios de trabalho. Além do mais, evitar a sobrecarga de quem cumpre jornada presencial e o tratamento isonômico são critérios imprescindíveis para a execução do PGD.

Entre as obrigações recomendadas às Universidades, estão a disponibilização de planos de adequação para garantir os padrões e recursos para atendimento segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Também devem ser atribuições, a adoção de políticas de capacitação para o PGD, de prevenção do assédio moral e do adoecimento dos trabalhadores; bem como a equalização da carga de trabalho entre os membros das equipes.

“O PGD é um avanço, pois autoriza o teletrabalho, além de outras alternativas de realização, como a modalidade presencial. É uma proposta recente, que precisa ser sistematizada para uma aplicação mais efetiva”, destacou Elis.



### TELETRABALHO NAS INSTITUIÇÕES

**UNILA >>>** O PGD foi implantado em outubro de 2022, e até agosto deste ano são mais de 50% dos servidores em teletrabalho integral, parcial e presencial. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PGD está sendo recomposta devido a mudança de gestão e em breve será formalizada em portaria. Além disso, foi estabelecida uma mesa de negociação permanente entre o Sinditest-PR e a nova Reitoria, com periodicidade a ser definida.

**UFPR >>>** O teletrabalho foi implantado em fase de ambientação. Este período foi finalizado após seis meses, no dia 29 de maio. O Sinditest-PR, que conta com representantes na Comissão de Implantação e Supervisão do Programa de Gestão do Teletrabalho (CIT), cobra agora do Reitor Ricardo Marcelo a aprovação do relatório no prazo de agosto. A medida visa possibilitar o início da modalidade para as demais unidades/atividades elegíveis em setembro.

**UTFPR >>>** Após a conclusão do Relatório Final pela Comissão, o Governo Federal estabeleceu a Instrução Normativa 24, o que implica na necessidade de revisão do documento. A diretoria do sindicato promoveu um encontro com os conselheiros do Counci e membros da Comissão para apresentar sugestões. Entre as preocupações dos TAEs está a necessidade de alcançar, com o PGD, o maior número de departamentos e unidades, incluindo a viabilidade do teletrabalho em modalidade parcial ou integral. Outra proposta é que os técnicos, nos locais de trabalho, decidam sobre o período presencial do teletrabalho parcial, que poderia ser semanal, mensal, ou a depender das condições de cada setor. A deliberação sobre o PGD na reunião do Counci está programada para o início de setembro.

## CAPACITAÇÃO

## Mestrado Profissional avança nas Universidades da base

A crescente demanda por capacitação e qualificação no âmbito dos técnicos administrativos em educação tem impulsionado um movimento nas Universidades. Cada vez mais, esses profissionais estão reivindicando programas específicos voltados para aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

Desde 2017 a UTFPR oferece o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) para os seus servidores. A iniciativa é coordenada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em colaboração com instituições parceiras. Utilizando tanto interações síncronas como assíncronas, o programa, cuja admissão envolve o Exame da ANPAD, proporciona uma experiência de aprendizado abrangente e flexível.

“A UTFPR, que possui diversos campi, disponibiliza o PROFIAP em todas as suas localidades, permitindo a participação de professores e servidores de diferentes regiões. Anualmente, um edital é lançado, reservando vagas específicas para os TAEs da Universidade. Em situações especiais, convênios com outras instituições também são estabelecidos, ampliando ainda mais as oportunidades de qualificação”, explica a técnica Edna Pelosi, de Toledo.

Na UFPR, propostas específicas de programas de pós-graduação avançam na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG). Embora o Reitor Ricardo Marcelo

tenha sido presidente da Andifes, a Universidade ainda não aderiu ao PROFIAP.

“Estabelecemos um acordo com o Setor de Educação para abertura de uma turma de 30 técnicos na linha de Políticas e Gestão da Educação Profissional. A seleção dos primeiros 15 ocorrerá ainda este ano e os demais no início de 2024. Alocamos uma parcela do orçamento de capacitação na Progepe para garantir a formação desses TAEs”, afirmou Douglas Ortiz, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas.

A Unila também busca estabelecer parcerias, considerando até mesmo programas de Minter (Mestrado Interinstitucional) e Dinter (Doutorado Interinstitucional). “Queremos trazer pelo Sindicato, mas ainda estamos nas fases iniciais do processo. Faremos brevemente”, ressaltou a delegada de base Sandra Regina Bolwerk.

Para o Sinditest-PR, é preciso facilitar a admissão da categoria não apenas nos Mestrados Profissionais, mas também nas modalidades acadêmicas, o que não ocorre hoje em todos os programas. “Defendemos a aplicação da política de cotas raciais e também a reserva de vagas para técnicos no início dos processos. Além disso, o direito ao afastamento para estudos precisa ser respeitado. Sabemos que esta questão ainda é um problema, sobretudo no CHC. Estamos intercedendo junto às Reitorias para reversão deste quadro”, pontuou a coordenadora Mariane Siqueira.

## Sinditest-PR oferecerá convênios

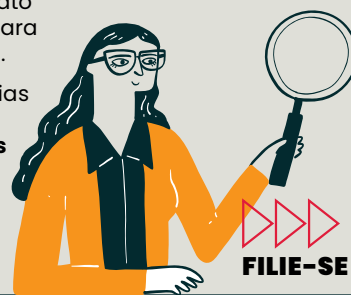
>>> A nova direção do Sinditest-PR está trabalhando para oferecer convênios aos filiados e filiadas. A iniciativa busca proporcionar vantagens e descontos junto a alguns prestadores de serviços. O associado ao Sindicato terá uma carteirinha para usufruir dos benefícios.

Esta política de parcerias será articulada nas proximidades de **todos os campi das três universidades** e cidades em que o sindicato tem base.

### Confira algumas das opções de convênios que a nova direção pretende disponibilizar:

- ▶ Postos de combustíveis
- ▶ Atendimento odontológico
- ▶ Farmácias
- ▶ Academias
- ▶ Atendimento psicológico
- ▶ Restaurantes
- ▶ Salão de beleza
- ▶ Clínicas de estética
- ▶ Lojas de roupas e calçados

Em breve será divulgado o resultado deste trabalho!



**FILIE-SE AO SINDITEST-PR!**